



## “Império” do livro didático no imaginário dos professores de História

Anderson Ferrari\*

### Resumo

---

*Este artigo foi produzido com base nos dados colhidos em um pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro com 100 escolas públicas municipais. Foram entrevistados professores de História buscando perceber o grau de presença do livro didático na sala de aula. Além disso, buscou-se desvendar as formas de acesso, os critérios de escolha e as formas de utilização do livro. Neste sentido, constatou-se o domínio do livro didático na organização e condução das aulas, revelando o lugar atribuído ao livro pelo professor no seu imaginário social.*

---

### Introdução

Gostaria de começar esse artigo narrando três episódios que são exemplares para se perceber o lugar atribuído, pelos professores, ao livro didático, na cultura escolar. A cultura escolar diz respeito a uma seleção de materiais culturais disponíveis em determinado momento histórico e social. Também se refere à reorganização, reestruturação e transposição didática capaz de possibilitar a assimilação dos conteúdos pelos alunos. Recorrendo a Forquim (1993) é possível esclarecer o que se entende por cultura escolar, o que nos servirá para entender o papel do livro didático.

---

\* Licenciado e bacharel em História (UERJ), Mestre em Educação (UFJF), professor de História do C.A. 'João XXIII- UFJF'

*(...) ensinar supõe querer fazer alguém ascender a um grau ou a uma forma de desenvolvimento intelectual e pessoal que se considera desejável. Isto não pode ser feito sem se apoiar sobre os conteúdos, sem extrair da totalidade da cultura – no sentido objetivo do termo, a cultura enquanto mundo humanamente contruído, mundo das instituições e dos signos no qual, desde a origem, se banha todo indivíduo humano, tão-somente por ser humano, e que constitui como que sua segunda matriz – certos elementos que se consideram como mais essenciais, ou mais intimamente apropriados a este projeto. Educar, ensinar é colocar alguém em presença de certos elementos da cultura a fim de que ele deles se nutra, que ele os incorpore à sua substância, que ele construa sua identidade intelectual e pessoal em função deles. Ora, tal projeto repousa necessariamente, num momento ou noutro, sobre uma concepção seletiva e normativa da cultura. (Forquim, 1993:167-168).*

A idéia aqui, portanto, é entender o livro didático como parte dessa cultura escolar. Isso parece possível, principalmente com base na citação acima, visto que o livro didático de História se enquadra, perfeitamente, nos pontos levantados por Forquim, ou seja, o livro didático também tem a função de “fazer alguém ascender a um grau ou a uma forma de desenvolvimento intelectual e pessoal que se considera desejável”. O que está privilegiado nos livros didáticos também passa por uma seleção. O autor do livro, o governo através dos PCNs, os professores através da escolha dos livros e do que será trabalhado ou não, enfim, todas esses diferentes participantes dessas variadas etapas, também elegeм do todo cultural “elementos que se consideram como mais essenciais, ou mais intimamente apropriados a este projeto”..., o projeto de ensinar, de educar, de transmitir uma cultura. E, por último, é importante ressaltar, ainda segundo Forquim, que o livro didático está determinado por uma concepção seletiva e normativa da cultura”.

Talvez por isso o livro didático esteja tão presente na relação professor/aluno em sala de aula. Ele passa a ser entendido como o instrumento em que está retratada a cultura, através do que pode ser considerado que há de mais importante na nossa cultura. Sendo assim, ele contribue para a função de construir nossa identidade. Ele acaba organizando as relações no contexto escolar, influenciando atitudes, formas de ler a realidade, mecanismos de poder e transmissão de conhecimentos.

Os três episódios que se seguem servem para exemplificar toda análise que será desenvolvida ao longo do artigo.

#### **Episódio 1:**

No início de 2000 uma secretária do colégio me procurou para perguntar se eu teria um determinado livro didático adotado por uma professora de História do ensino médio de uma escola pública, e se eu poderia ceder-lhe um exemplar.

Apesar de ser uma soicitação corriqueira entre professores, esse episódio serviu como indicador de uma situação *x* especial. O episódio foi, aos poucos, tomando sua verdadeira forma e revelando uma relação lamentável.

A professora acrescentou que o livro não lhe serviria e sim para a filha de sua empregada doméstica. Num tom de lamentação ela explicou que ela estava muito penalizada e disposta a ajudar a menina, visto que ela havia sido reprovada em História, e somente em História, pelo simples fato de ter acompanhado todas as aulas de 1999 sem o livro didático. Como todas as aulas eram absorvidas através do livro didático, sem nenhum outro material alternativo e como as provas eram definidas a partir dele, a menina não conseguiu acompanhar nem as aulas e nem as provas, por mais que se esforçasse. O resultado foi a reprovação na disciplina. Mantidos, para 2000 o mesmo tipo de aula e o mesmo livro, a menina, temendo nova reprovação, buscou ajuda para ter acesso ao livro. Segundo a secretária, se eu não conseguisse o livro, ela estaria disposta a comprá-lo, mas *"não deixaria a menina ser reprovada novamente por causa de um livro didático"*<sup>1</sup>.

### Episódio 2:

Durante uma reunião de final de ano de professores de História de uma escola particular em que lecionava, quando se analisavam e discutiam os livros didáticos adotados durante o ano e os que seriam adotados no próximo, uma professora já próxima de aposentar, fato que ela sempre mencionava e que em algumas ocasiões servia também para justificar sua resistência às alterações, declara sobre o livro adotado:

*"Eu não vou mudar esse livro não. Eu já adoto ele há muito tempo e eu já sei o que ele diz de cor. Se eu adotar um novo livro eu vou ter que ler muito, vou ter que preparar aulas. Eu não estou mais na idade de me esforçar não. Agora eu só quero saber de passear, cuidar da minha netinha. Deixa as novidades e o trabalho para vocês que são novos. Eu só estou esperando o meu tempo de aposentar".*

### Episódio 3:

Em entrevista, em que se discutia os critérios de adoção do livro didático, uma professora de História apontou:

*"Eu adoto livro em todas as séries que eu dou aula. Eu acho o livro didático fundamental. Eu trabalho em 3 escolas, duas particulares e uma pública e dou 69 aulas semanais. Trabalho todos os dias da*

<sup>1</sup> As falas dos professores estarão sempre em itálico, de forma que se destaquem do corpo do texto e se diferenciem das citações. Optou-se por não revelar os nomes dos professores, mantendo, assim, o seu anonimato.

*semana, de segunda a sábado, de manhã a noite. Quando é que eu vou preparar as minhas aulas? E tem mais, os pais querem que a gente adote livro e que dê conta dele durante o ano. Não pode deixar nenhum capítulo sem dar. Se fizer isso eles vem logo a escola questionar o nosso trabalho. Por isso, eu adoto livro e não mudo não, porque esses eu já conheço e pode servir aos irmãos mais novos”.*

A escolha desses três episódios serve para demonstrar a presença marcante e incômoda do livro didático na escola. Muitas análises poderiam ser feitas a partir deles, mas pretende-se aqui centralizar, preferencialmente, a análise em duas linhas: a relação de dependência das aulas e dos professores ao livro e, especialmente, o perfil dos professores de História. A escolha pela centralização nessas duas análises que se complementam não foi aleatória, mas está determinada pela possibilidade de recuperação de uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, em que buscou-se definir o perfil do professor de História e sua relação com os livros didáticos adotados, o que serve para entender melhor esses episódios. Por outro lado, eles também servem para enfatizar os achados e análises da pesquisa.

Dessa forma, esse artigo relaciona-se estreitamente com a pesquisa anteriormente desenvolvida na UERJ, com a qual constitui uma valiosa fonte de dados para se investigar o papel que o livro didático desempenha nos cursos de História e na escola regular. É imprescindível que aqui se aponte a importância conferida ao livro como veículo de informação em massa, e como essa importância se fortalece, quando se verifica que, de muitos modos, o livro didático torna-se a única fonte possível e legítima de informação e de organização das aulas e das provas.

É o que se observou com a abordagem das décadas de 60 e 70. A pesquisa tinha como objetivo específico a ideologia veiculada através das décadas de 60 e 70 nos livros didáticos mais utilizados pelas Escolas Municipais do Rio de Janeiro, de ensino fundamental. O problema da transmissão pelos livros didáticos é grave e importante por causa da postura de alguns professores que atribuem ao livro um caráter de verdade absoluta. Embora esse tenha sido o objetivo mais imediato da pesquisa, não pretende-se tratar dele nesse espaço. Aqui, o objetivo é trazer para discussão apenas uma parte dessa pesquisa, aquela que diz respeito diretamente ao livro didático de História e ao perfil do professor de História da Rede Municipal de Educação.

## ***1. Livros didáticos: uma visão geral***

A discussão a respeito do livro didático não é nova. Muitos autores (Eco, 1980, Faria, 1991, Molina 1988), não só brasileiros como de outras nacionalidades, já se debruçaram sobre o tema, demonstrando que o problema

ultrapassa fronteiras. A Educação e seus métodos, técnicas, ideologias, enfim, seus componentes, sempre despertaram grande interesse e preocupação para governos, intelectuais, professores, pessoas de alguma forma ligadas à educação. Embora esse não seja um tema inédito, nunca é demais discuti-lo. Mesmo porque, apesar de já contarmos com um certo número de obras publicadas sobre livros didáticos, abrangendo suas várias áreas, seja de ensino fundamental ou médio, escolas públicas ou privadas, a questão permanece, os erros continuam e, pior, a postura dos professores não parece ter se modificado de forma considerável, apesar de expostos às novas abordagens com certa regularidade. Torna-se fundamental, portanto, que o diálogo seja reaberto e esse ponto de novo enquadrado.

O Brasil vive hoje um momento em que urge repensar a sociedade em todos os níveis. A Educação não poderia deixar de participar desse debate, principalmente as carreiras de Humanas, em que a indagação e reflexão deveriam dominar e co-interagir com a transmissão dos conhecimentos.

O livro didático de História exige essa discussão como forma de ter reformulada sua elaboração, distribuição e, principalmente, seu uso. A política do livro didático abrange outros problemas da Educação brasileira que influem em seu uso. O livro didático é apenas um dentre os vários componentes de uma situação de aprendizagem. A sua função vai decorrer da visão do professor em avaliar como um determinado assunto está sendo tratado. A partir daí, o livro didático pode ter um objetivo complementar, introdutório ou enriquecedor.

Todo e qualquer livro pode e deve ter uma função didática, na medida em que traz um conhecimento novo que deve ser captado pelos leitores. (Molina, 1988). Entretanto, definimos como livros didáticos aqueles que têm uma função específica dentro de um processo de ensino-aprendizagem. Eles são destinados a **instruir**, auxiliando o trabalho do professor na transmissão de qualquer matéria. Para isso, devem apresentar os conteúdos das matérias curriculares. Ao tentar cumprir essa função eles se tornam seletivos, simplificados e sequenciados: seletivos, porque apresentam apenas uma parcela do conhecimento selecionada de um todo (alguns fatos são colocados nos livros, outros não); simplificados, porque a linguagem e o assunto são simplificados para se adequarem à série e à idade dos alunos a que se destinam; e, sequenciados, pois as informações de um capítulo exigem o conhecimento do capítulo anterior. De muitos modos, esses critérios visam a facilitar o trabalho do professor e a compreensão dos alunos, o que é altamente questionável: "facilitar", aqui, muitas vezes consiste na reprodução memorizada e idêntica dos fatos do "outro", sem que o "outro" jamais tenha sido abordado e descoberto. O professor não deve e não pode, então, ficar desatento e passivo diante dos erros que podem ocasionalmente surgir nesta tentativa de simplificação e facilitação da transmissão do conhecimento. Principalmente, o professor não deveria permitir que o livro didático, apesar de toda essa "adequação" ao aluno e à matéria, faça o seu trabalho. O trabalho do professor está intimamente ligado ao que se entende por ensino de História e sua importância.

Os PCNs de História num determinado momento quando trabalha o ensino de História, revela:

*Considera-se, então, que o ensino de História envolve relações e compromissos com o conhecimento histórico, de caráter científico, com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionada às complexidades inerentes à realidade com que convive. (MEC/SEF, 1998:33)*

Por essa definição é possível retirar o que seria o ideal de um professor de História e que poderia nos servir de base. Neste sentido, o papel dos professores seria o de levar os alunos a leitura e compreensão de sua realidade, capacitando-os a se posicionarem e a fazerem escolhas criteriosas e críticas.

O livro didático é um dos mais antigos recursos e, em muitos casos, é o primeiro e único contato da criança com livros. O contato com livros representa a passagem da cultura oral para a escrita; bem como a intromissão na cultura do outro, e a proposição da interlocução com o que se lê/ com quem se lê. Os livros didáticos ou paradidáticos, por sua vez, em geral são caros para uma população de média e baixa renda, se tornando artigos de luxo ou materiais inacessíveis. Por estar vinculado ao processo de ensino-aprendizagem, por dar possibilidade e permanência nos estudos ou até por ser exigido por professores e escolas, o livro didático passa a ser uma exceção nesse quadro de inexistência de livros numa família.

Paralelamente, o livro didático encaixa-se numa sociedade capitalista como uma mercadoria que, como tal, tem a função de lucro. O objetivo das editoras é vender suas coleções, seja para as escolas particulares ou públicas. Para isso, em parte, seguem as determinações curriculares do Ministério da Educação, abrindo mão do seu poder de alteração da visão oficial. O Estado, através do seu poder político e econômico, influi, formula e direciona as decisões sobre o livro didático. Não há participação de outras instituições nesse processo decisório, de forma que a política estatal está refletida nos livros didáticos. O Estado, de certa forma, controla as editoras particulares através do seu poder econômico, do seu poder de compra. Nas editoras, o livro didático é um produto de saída certa. Mesmo seguindo o currículo mínimo, após produzidos e lançados no mercado ainda estão sujeitos à apreciação das comissões federais e estaduais, como a FAE por exemplo, que relacionam os que devem ser comprados pelo Estado e que serão distribuídos gratuitamente às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Para isso, mantêm fichas de avaliação, comissões de avaliadores, etc. É o poder político do Estado selecionando o que serve a seus propósitos.

*"(...) verificamos que as obras didáticas, particularmente as de primeiro e segundo graus superam largamente, tanto na tiragem total quanto no número médio de exemplares por títulos, qualquer outro tipo de obra editada no Brasil". (Molina, 1988:21-22).*

Nesse mercado lucrativo, Rio de Janeiro e São Paulo dominam mais da metade da venda de toda produção brasileira. (Freitag, 1989). Esse dado serve para fortalecer e alertar sobre os cuidados que devem ser tomados na hora de se escolher um livro didático. Para dominar o mercado, pode-se correr o risco de produzir livros com objetivo de lucros imediatos, perdendo a preocupação com a obra didática.

Já no mercado, o livro didático se torna um caso singular, pois ele é comprado pelos alunos, mas é escolhido pelo governo ou pelo professor. Na realidade ele é imposto aos alunos. Neste caso não há dúvida que a parte pedagógica é levada em consideração em detrimento de outras. Portanto é verificado se o que o livro transmite segue o que é previsto nas prescrições oficiais em cada matéria, e se esses conteúdos estão com a gramática, linguagem e estilo ideal à cada série. Além dos órgãos públicos, as editoras também contam com seus mecanismos de censura aos livros.

Nessa sequência, o livro didático torna-se direta ou indiretamente presente nas escolas. Nas particulares, de uma forma direta, pois os alunos adquirem os livros, através da compra e passam a ter posse desse material, consultam, estudam e seguem as aulas através deles. Em muitos casos ele é material obrigatório para a permanência e prosseguimento na vida escolar. Nas escolas públicas, esse quadro é um pouco alterado. O livro didático faz-se presente também nessas escolas, mas marcadamente de forma indireta. Na maioria das vezes, a clientela das escolas públicas é de baixo poder aquisitivo, e por isso a compra do livro didático altera significativamente o planejamento econômico das famílias, quando se torna até impossível essa aquisição. Praticamente, a única alternativa que resta é a distribuição gratuita desse material pelos órgãos públicos, ainda que isso nem sempre ocorra. A distribuição de livros torna obrigatório mantê-los e manter o programa como ele já está. De qualquer forma, o distribuído não é absorvido, não é possuído: ao final do ano, o livro que nunca foi meu, é transferido para outro. Todo esse quadro de dificuldades que as escolas públicas enfrentam, faz com que os livros didáticos sejam usados de forma indireta no processo de aprendizagem. Os alunos não têm o livro, e o professor o dita, escreve no quadro ou distribue folhas reproduzidas de textos retirados dele. Normalmente isso é feito sem uma discussão, sem uma análise crítica individual ou mesmo em conjunto entre professores e alunos. Essa atividade se perde numa cópia e aquisição mecânica pelos alunos, reforçando a idéia de que o livro didático contém verdades absolutas, que ele sabe mais do que os professores, que a escola não pode prescindir dele.

## 2. O processo de leitura em livro didático

Inegavelmente, a leitura de forma geral domina quase todas as atividades escolares, e isso é muito importante. Consciente dessa obrigação, o livro didático se faz presente. Ainda que o professor não utilize o livro para explicar um conteúdo e opte por uma aula expositiva, normalmente o desfecho sugere uma leitura ao livro. Ainda, o livro didático é o ponto de apoio do aluno, em casa, na hora de estudar qualquer conteúdo. Ele faz a união entre autor, professor e o aluno; ele é a imagem do professor. Por isso mesmo, a visão do aluno é importante na escolha do livro didático, embora não seja levada em consideração.

Várias mudanças vêm ocorrendo no mundo atual, reforçando o papel do ensino de História, a função do livro didático e a importância da leitura. A reflexão a partir da História parece influenciar a formação dos alunos enquanto leitores, escritores, sujeitos históricos e cidadãos.

É no ambiente escolar, especificamente, que os alunos têm a oportunidade de constituir-se como leitores, escritores, sujeitos históricos e cidadãos. Isso é possível a partir da interação com o professor, com os artefatos culturais (o livro didático pode ser incluído aqui) e com o outro. As trocas que estão em meio a essas relações interpessoais vão organizando as relações com a leitura e escrita. Entender o que é ler, como é importante ler, parece fundamental para compreender a função do livro didático de História, que também é importante na formação de leitores e escritores. Não só porque a disciplina e o livro contribuem nessa formação, que durante muito tempo era entendida como exclusividade do Português, mas também porque a História possibilita ler a realidade. Com isso, contribui para formar pessoas críticas, conscientes e, sobretudo, que se percebam como sujeitos históricos e escritores da sua realidade e da História.

Segundo Vygotsky (1991), a relação do indivíduo com o mundo é mediada pelos signos, que são entendidos como instrumentos internos construídos socialmente e historicamente. São através desses signos que o homem é capaz de modificar o seu meio e mudar a si mesmo. Assim sendo, perceber-se como sujeito histórico e perceber a História como construção parece passar pelas interações sociais (que, em grande parte, ocorre através da leitura e escrita do livro didático) vivenciadas pelos alunos que vão fornecendo-lhes não apenas o que leem e escrevem, mas também formando sua subjetividade.

Como ressalta Vygotsky (1991), compreender a relação dos alunos com a leitura e escrita possibilita o entendimento do contexto social e histórico no qual eles estão inseridos. Como Vygotsky, Bakhtin (1997) também contribui para a discussão da linguagem e, por conseguinte, para o entendimento do livro didático nesse processo de leitura, escrita e formação da subjetividade. Para Bakhtin, a linguagem só pode ser compreendida em relação ao seu contexto sócio-histórico. Há um caráter dialógico na linguagem capaz de estabelecer uma relação indissociável entre vida e linguagem.

A obra desses dois autores sócio-históricos permite entender e ampliar a função e responsabilidade da História como formadora da subjetividade dos alunos. Isso parece passar pela possibilidade de usar a leitura e a escrita do livro didático como fonte importante e mesmo fundamental para a leitura, compreensão e, principalmente, de participação na sua realidade, desenvolvendo um diálogo entre alunos, entre alunos e professores, entre alunos, professores e livro didático, entre alunos, professores, livro didático e leitura e escrita, entre alunos, professores, livro didático, leitura e escrita e produção de conhecimento, enfim, uma relação entre alunos, escola, História, realidade e cidadania.

Não existe neutralidade nos livros didáticos. A forma e o conteúdo deles estão impregnados pelos valores, crenças e pela visão de mundo e de História de seus autores, que estão envolvidos pelas regras do mercado, das editoras e do governo. Portanto, o que está vinculado nos conteúdos traz e reproduz uma determinada ideologia, uma determinada visão de mundo, que é absorvida pelos alunos como a visão correta. Sendo assim, o livro didático pode ser entendido como reprodutor de uma ideologia. Autores como Freitag (1989), Faria (1991), Oliveira (1984), e outros, têm demonstrado que os livros didáticos no Brasil, especialmente os de História, "se evidenciam como importantes conformadores de preconceitos, ideologias e modo de apreensão do social". (Freitag, 1989). Isto é possibilitado, em parte, porque, na prática escolar, ele é o método educacional mais utilizado e que influencia a aprendizagem e o desempenho dos alunos. O domínio do livro didático e, portanto, a reprodução de ideologias e preconceitos, são fertilizados pela má formação dos professores, que se traduz em duas frentes, seja pela deficiência de conteúdos, seja pelo desconhecimento de outras técnicas pedagógicas. "Uma das explicações para a má formação pode estar nos baixos índices de leitura".

Os professores brasileiros lêem pouco. Essa infeliz situação foi constatada num pesquisa realizada pela "Folha de São Paulo", em Maio de 1993, na qual somente 22% dos professores entrevistados afirmava ter lido algum material de aperfeiçoamento nos últimos três anos, embora 48% afirmasse ter lido algo, sem saber dizer "o quê". Se não lêem, os professores desconhecem de que modo se dá o processo de leitura de seus alunos. Se não lêem, os professores ignoram de que modo a interação com o texto do livro didático pode se tornar perniciosa, subjugadora, falseadora da realidade, estimulador de aquisição fragmentada.

A única forma de se enfrentar esta situação é fortalecer o conhecimento dos professores. Isso envolve aprofundar o conteúdo das matérias, o conhecimento do que se passa nos livros didáticos, e a sua política de produção: como são editados, a reprodução ideológica que está subentendido em seus textos, a identificação dos preconceitos, etc para que eles possam saber escolher seus livros e usá-los de forma crítica.

Os professores têm que adquirir a consciência de que, depois do governo, representam a segunda fonte de seleção dos livros didáticos e, como tal, são fortes o bastante para modificar qualquer quadro de deficiência, enganação,

mentiras e preconceitos. Na realidade, se o livro didático é visto como intermediador da relação professor/aluno, ele tem a dupla função de transmitir um conteúdo e ao mesmo tempo viabilizar a prática de ensino. Se ele passa a ter a função de “muleta” para o professor, ele perde a função complementar e adquire critérios de verdade absoluta. Daí se reforça o processo de mutilação da formação de conhecimento real e construível, iniciado pelo governo, e fundamentado pela cultura e perpetuado pelo professor.

### ***3. O espaço escolar e o livro didático***

O problema não estará solucionado somente com o esclarecimento e com a descoberta das várias nuances que envolvem os conteúdos e publicações dos livros didáticos. Há a necessidade de se desvendar os motivos da utilização desse material, que se tornou tão grande e que por isso reforça ou dá condições para que os problemas já levantados ocorram. Uma questão que se coloca como de grande importância é verificar o que leva à utilização maciça desse método de ensino pelos professores.

Em primeiro lugar, estão as péssimas condições materiais das escolas, onde faltam livros e espaços para pesquisas e estudos, além da falta de infraestrutura para auxiliar o trabalho do professor, como, por exemplo, salas, laboratórios adequados e maquinários como computadores, xerox e, em alguns casos, até mimeógrafos. O segundo fator, também de grande importância, são as condições financeiras e sociais dos professores, obrigando-os a acumular empregos em várias escolas, com grande número de aulas e alunos e que tem como consequência o apego aos livros didáticos como forma de facilitar ou transferir a elaboração de uma aula.

O terceiro motivo está relacionado à política governamental, através dos “programas oficiais”, que são impostos e exigidos às escolas e que limitam o trabalho do professor, evitando a flexibilidade e o atendimento dos interesses e necessidades dos estudantes.

O professor determina o conteúdo do ano letivo através dos programas oficiais, que também estão inseridos nos livros didáticos. Mesmo porque as editoras seguem esse programa para se ter fácil acesso às escolas, aos professores e aos alunos. O quarto e último motivo é o trabalho de divulgação das editoras que é agressivo, insistente, inaugurando modismos, incentivando o consumo e iludindo os professores. Esse tipo de marketing é tão competente que, a cada ano, novas edições são colocadas no mercado, com novos modismos, capas, anexos, deixando poucas alternativas para se utilizar o mesmo livro do ano anterior e, fazendo com que o professor mude o livro, ao ser levado por essas alterações sem considerar a qualidade dos conteúdos. Esses quatro motivos combinados levam os professores a adotarem e seguirem de forma mecânica os livros didáticos.

Na realidade, a escolha criteriosa de um livro didático e sua utilização está intimamente relacionada à preparação dos professores. Evidentemente, em consequência da formação precária, os professores não podem escolher e nem escrever bons livros. A cada início do ano o problema se repete com as editoras empurrando pilhas de novidades para os professores que acabam trocando de livros pelos mais variados motivos, sejam eles a atração por novidades, a propaganda ou até mesmo por atribuírem aos livros o fracasso dos alunos. Se não há condições de se fazer uma boa escolha e uma análise crítica do livro, a mudança será aleatória e não servirá absolutamente para nada.

Felizmente, e graças às várias publicações que alertam a respeito das mazelas da produção e distribuição dos livros didáticos, essa situação de utilização dos livros não determina de forma geral a média dos professores. Existem os que procuram se informar, ler, discutir, analisar os conteúdos e os mecanismos de produção dos livros didáticos, utilizando-os assim, de forma correta e entendendo-os como um complemento ao seu trabalho, porque, na verdade, "pouco adianta escolher, quando não se sabe como escolher". (Molina, 1988:23-24).

Ora, não se trata apenas de mudar o livro didático, há a necessidade de se mudar a postura do professor. É necessário que ele adquira uma linguagem adequada para a interação com o aluno, que ele possa fazer uma reflexão crítica dos conteúdos e métodos para ser capaz de introduzir o aluno na prática da pesquisa, indagação e criatividade. É através dessa descoberta e dessa produção de conhecimento que o aluno se descobre como sujeito histórico. (Cabrini, 1987).

*"Assim como não é só a escola que transmite a ideologia da classe dominante, não é só o livro didático que, no seu interior, é responsável por sua veiculação. O próprio professor, com sua postura, seus conhecimentos, pode garantir a sua transmissão". (Faria, 1991:73).*

#### 4. O livro didático e o ensino de História

No que se refere ao ensino da História, dificilmente os alunos têm a noção de fazerem parte dela. Ao contrário, normalmente a História é sinônimo de estudo do passado sem nenhuma relação com o presente. O livro didático pode ser simultaneamente um aliado para o aluno conhecer sua realidade, como também pode agir para distanciá-lo dela. É o que ocorre quando trazem os fatos falseados, distorcidos, fragmentados ou parciais. Os livros didáticos de História, com a interferência dos professores, devem desenvolver nos alunos a compreensão e importância do homem na construção da História. (Cabrini, 1987).

*"O aluno julga a realidade a partir dos livros e ocorre aí o que já se classificou de 'ideologia da inferioridade dos trópicos': se a realidade não condiz com os livros, a realidade está errada". (Franco, 1982:28).*

Os livros didáticos de História nem sempre cumprem o seu papel de integração do aluno ao meio, dando-lhe uma informação crítica da realidade social. A simples determinação, nas propostas curriculares, do ensino de História, que lhe atribui a "função de capacitar o aluno a compreender a realidade do passado para aumentar seu domínio sobre a realidade do presente" (Franco, 1982:31), não garante a sua realização. Isso é dificultado porque depende intimamente da realidade social que é divulgada pelo professor ao aluno, e que é transmitida pelos livros didáticos de História e pelo conhecimento do professor sobre essa realidade.

Não é qualquer explicação ou compreensão do passado que desenvolve no aluno a compreensão de sua realidade social, ou o faça sentir-se sujeito da História. Isso só ocorre a partir da compreensão da História dos homens. Não basta narrar ou explicar os fatos, as condições sociais, políticas e econômicas de um determinado período histórico. Faz-se necessário repensar as relações reais que os homens vivenciam entre si, suas condições de produção e reprodução material e espiritual. A História deve ser entendida como produto da inter-relação constante e dinâmica entre os homens com a natureza, ou seja, um processo produzido pelos homens, por todos nós, e não somente pelos deuses, heróis e mitos.

A escola, de forma geral, abrange uma variedade de professores, diretores, métodos e técnicas, que, por isso mesmo, não permite generalizações globais. A escola e seus métodos educacionais, inserida numa sociedade capitalista, desempenham em muitos casos o papel de reprodução da ideologia dominante. Entretanto, acreditar que esse é o papel exclusivo e principal desempenhado pela escola é negar a individualidade, criatividade e capacidade do homem como um ser de reflexão, análise e transformação e é negar, sobretudo, o conceito primordial da escola como um meio de transformação da sociedade, de libertação das camadas dominadas. (Freire, 1980).

Se a grande maioria das escolas, hoje em dia, representa e reproduz a ideologia dominante é porque não há no Brasil a preocupação com a grande maioria da população explorada, no sentido de garantir-lhe o conhecimento das contradições sócio-econômicas que possibilitem sua superação. O conhecimento, principalmente de História, "não é algo pronto que se fornece ou vende aos alunos". (Cabrini, 1987:16). Por isso, se há um compromisso do professor de História, com o conhecimento e com a educação, ele terá que abandonar a segurança dos livros didáticos e adquirir a reflexão e o estudo como práticas constantes em sua vida. (Freire, 1980).

Evidentemente o uso do livro didático está relacionado à ideologia do poder, de um "discurso competente". Dentro das salas de aula são os professores

e o livro didático que têm a competência e o poder de saber os objetivos e conteúdos da disciplina. Inicialmente, é o professor que se coloca como um especialista que sabe mais do que os alunos e detém o conhecimento dos livros didáticos. Cabe ao aluno consumir passivamente o conhecimento trazido pelo professor e pelo livro didático. Não é transmitido ao aluno como esse conhecimento é produzido. Não só os alunos desconhecem como grande parte dos professores o fazem também. Há um enorme abismo que se traduz no status profissional, salários e atribuições.

Por isso mesmo, a História do ensino fundamental e médio é uma História revelada, na qual o aluno será capaz de reproduzir o conhecimento apresentado pelo professor e o livro didático: **não é História produzida**. O que se apresenta aos alunos são conteúdos consagrados e às vezes distantes de sua realidade. Não exigem que eles repensem a História, mas sim que a aceite e a consuma. A consequência mais grave dessa prática é que esse tipo de ensino de História gera nos alunos uma falta de interrogação sobre sua historicidade, sobre sua participação na sociedade. O aluno considera que o que deve ser ensinado é o que a escola, o professor e o livro didático estão transmitindo, impedindo-o de pensar sobre qualquer outra alternativa de conteúdo.

A censura do governo e das editoras quanto ao que deve ou não conter um livro didático confirma a importância do livro como conformador de valores e ideologias. Escolhendo alguns conteúdos, na maioria das vezes consagrados pela historiografia oficial, em detrimento de outros, fica claro a idéia de reprodução de uma única visão e da prática escolar vigente. Sem a participação conjunta de alunos e professores para a escolha dos conteúdos, do programa, reforça-se não só a presença do livro didático dentro da sala de aula, mas também a separação do professor e aluno, onde cada um tem papel definido. O professor sabe e escolhe e o aluno consome.

## 5. Os dados e a realidade

A Legislação oficial do Programa Nacional do livro didático afirma que a escolha deve ser do professor, mesmo porque é ele quem utiliza o livro em sala de aula, conhece sua clientela. (Freitag, 1989). Entretanto, essa escolha deveria ser a mais democrática e livre possível. Infelizmente, isso não é bem assim. A teoria, de certa forma, não corresponde a uma prática vigente. Primeiro, porque a formação dos professores não possibilita uma escolha criteriosa. Segunda, porque não há condições de escolher livremente, já que os professores não têm acesso a todos os livros didáticos produzidos no país. Os livros didáticos que chegam nas mãos dos professores para serem escolhidos já chegam censurados pelas editoras e governos, portanto, com visões já escolhidas. Por isso mesmo, eles são todos similares. A democracia, na realidade, só se traduz na forma de utilização do livro.

Após a coleta de dados em 100 escolas do município do Rio de Janeiro, foi possível satisfazer os dois objetivos que foram propostos inicialmente: o perfil dos professores de História e o levantamento dos livros utilizados.

Através de algumas questões propostas, como, por exemplo, *Porque você utiliza livros didáticos?*, pretendíamos traçar o perfil dos professores, ou seja, as emoções, motivações, preocupações, objetivos, enfim, as idéias que determinam suas atividades dentro da sala de aula e que vão influenciar diretamente sua relação com os alunos e com a Educação. Esse objetivo se mostrou imprescindível porque parece ser através dele que passa a escolha dos livros.

Do total de 165 professores que, de uma forma ou de outra, participaram da pesquisa, apenas 25 não utilizavam livros didáticos. Como já era esperado, a grande maioria utiliza o livro (78% dos pesquisados responderam que utilizavam), demonstrando que esse material ainda define imperiosamente a interação no espaço escolar.

Antes de nos debruçarmos sobre as respostas dos 78% dos professores que nos interessa mais profundamente, se fazem necessários alguns apontamentos a respeito dos 22% de professores que não utilizavam livros. Dessa porcentagem, a grande maioria alegava que o baixo poder aquisitivo dos alunos era o principal fator para não adotarem os livros. Havia também um número considerável de professores que acrescentavam a esse problema a deficiência das escolas, que não forneciam os livros nem outras estruturas (bibliotecas, xerox, etc) para a realização de um bom trabalho. E existia ainda um terceiro grupo de professores que preferiam não utilizar livros didáticos por causa da sua qualidade. Não os consideravam suficientemente bons e, por isso, preferiam usar outros recursos, como jornais, revistas e textos.

Dos que utilizavam livro didático, o principal motivo atribuído estava na facilidade que ele proporcionava ao professor e ao aluno. Apenas 10% não alegaram nenhum desses dois motivos. Outras preocupações também apareceram com destaque, como, por exemplo, a necessidade da criança de ter algum material didático em seu poder e a necessidade de leitura. Ou seja, a grande preocupação era atender, de uma forma ou de outra, alguma carência, seja do professor ou da escola, mas quase sempre a criança era utilizada como desculpa. Isso chega ao extremo de considerar o livro imprescindível para o entendimento da matéria, deixando claro a deficiência, não do aluno, mas sim do professor.

*“É impossível estudar História sem pelo menos o uso de um livro base.”*

*“Porque não há como a criança entender bem a matéria sem ter algum material em seu poder.”*

Se o professor necessita do livro para poder impor um conteúdo aos alunos, ele não está, de forma alguma, elaborando um conhecimento, nem ele, nem o aluno. Eles estão consumindo uma idéia, a idéia do autor. História se transmite e se constrói sem, obrigatoriamente, utilizar um livro didático, mas através de outros recursos como jornais, revistas, histórias de vida ou até mesmo discussões. Os alunos, ainda que sendo crianças, têm a capacidade de desenvolver raciocínio e argumentar, bem como articular suas idéias. Basta saber desenvolver essa capacidade que faz parte da essência humana. Alguns professores

reconheceram a necessidade dos livros didáticos, mas também demonstraram conhecer a possibilidade de usar alternativas diferentes para lecionar História, como pode ser evidenciado nos relatos.

*"Necessário sim, imprescindível não. O professor pode usar textos, leitura de jornais, filmes, visitas a museus que, muitas vezes, enriquecem mais do que o livro (...)"*

Em relação à forma de escolha e o motivo da utilização do livro didático, apenas um professor assumiu o fato de que ele foi imposto pela Escola. Neste caso, há uma total falta de autonomia e liberdade do professor para agir de acordo com sua opinião. A escola, antes de tudo, tem que ser um local dominado pela liberdade e ninguém melhor que o professor para saber se deve ou não utilizar o livro e qual deve adotar. Evidentemente, com qualquer tipo de imposição não há escolha e nem liberdade.

No tocante à forma de escolha dos livros, 80% dos professores diziam que a escolha não sofreu nenhuma intervenção da Escola. Está claro que os professores estavam tomando uma atitude individual, que era respeitada pelas escolas. Desta forma, a única imposição que sofrem vem das editoras, que selecionam antes deles o que deve ou não ser publicado. Apenas 10% escolheram um dos livros dentre os que foram fornecidos pela Escola,

Quanto ao critério que utilizaram para escolher o livro, 25% escolheram em função do conteúdo, 20% pelo conteúdo e linguagem e 14% por outros motivos que vão desde a escolha feita numa reunião de professores até a imposição pela Escola. O restante variou entre outras respostas. Fazendo uma análise mais detalhada do conjunto das respostas, percebe-se claramente a preocupação com a linguagem dos livros. Isso foi verificado não só pelas respostas dos professores. As reclamações se concentravam na deficiência dos alunos em entenderem o que está escrito nos livros.

Quando o critério era a classificação da qualidade dos livros, este variava entre regulares e bons, sendo que nenhum professor os considerou ótimos. Esta porcentagem mudava, entretanto, quando a questão era avaliar os livros escolhidos e utilizados em sala de aula: 60% os consideravam bons, 35% regulares, 4% ótimos e apenas um professor considerava-os fracos. Nada mais lógico, em se tratando de uma escolha. Enfim, o que parece é que a maioria dos professores compartilham com Freitag a opinião de que os livros didáticos são um mal necessário.

## Conclusão

Algumas constatações a respeito do imaginário dos professores ficaram evidentes durante todo trabalho. Não somente através das respostas às entrevistas, mas também através das conversas informais.

A primeira e principal indicação é a utilização dos livros didáticos como único meio de se elaborar a aula. Apesar de a maioria considerá-los regulares, eles dominam a sala de aula, o que demonstra um certo conformismo por parte dos professores. Eles estão acostumados com a rotina e isso os impede de tentar e enfrentar inovações e alterações. E, pior, eles estão acostumados a lidar com um único tipo de livro. Por isso os livros didáticos são padronizados e similares. Os professores não sabem lidar e não querem outro tipo de livro que escape a essa padronização.

Foram notadas, também, constatações a respeito da própria estrutura dos livros. Grande parte dos livros analisados tinham uma característica em comum: são factuais. São livros com informações restritas e que necessitam de uma complementação de dados. O livro, na verdade, serve mais como um roteiro para o professor do que um exemplar a ser seguido cegamente. É assim que os professores deveriam entendê-lo. A visão do professor a respeito do fato deve enriquecer, esclarecer ou até mesmo corrigir o que está escrito no livro. Por isso, a formação e a informação dos professores são importantes e estão intimamente relacionadas à escolha e utilização dos livros.

Definitivamente, é claro que o problema econômico e social enfrentados pelos professores influem na sua posição, mas não podemos considerá-los exclusivos ou bons o suficiente como justificativa pedagógica. Os próprios professores, em muitos casos, não parecem querer modificações. O "novo" representa o desconhecido e o desconhecido provoca o medo. Há a necessidade de se enfrentar e vencer o medo e sair da rotina. A educação não é feita de rotina.

## Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.
- BONAZZI, Marisa e ECO, Umberto. *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Moderna. 1980.
- CABRINI, Conceição, et alii. *O Ensino de História (revisão urgente)*. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1991.
- FORQUIN, J. C. *Escola e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Ed. Moraes. 1980.
- \_\_\_\_\_. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- FREITAG, Bárbara, et alii. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1990.
- MARCHAND, Max. *A afetividade do Educador*. São Paulo: Summus. 1985.

- MOLINA, Olga. *Quem engana quem? Professor X Livro didático*. Campinas: Papyrus. 1988.
- NOSELLA, Maria de Lourdes C. Deiró. *As Belas mentiras - a ideologia subjacente aos textos didáticos*. São Paulo: Moraes. 1988.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo, et alii. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus. 1984.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: *História e Geografia - primeiro e segundo ciclos*. MEC/SEF, Brasília. 1998.
- REGO, Maria Filomena. *O aprendizado da Ordem - a ideologia nos textos escolares*. Rio de Janeiro, Achiamé. 1981.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes. 1991.